



Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação

ISSN: 1809-5844

ISSN: 1980-3508

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM)

Sampaio, Rafael Cardoso; Fontes, Giulia Sbaraini; Ferracioli, Paulo
Molduras de uma tragédia anunciada: enquadramentos do desastre de Mariana
Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação,
vol. 40, núm. 3, 2017, Setembro-Dezembro, pp. 55-72
Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM)

DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-5844201734>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=69868748004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Molduras de uma tragédia anunciada: enquadramentos do desastre de Mariana

Framing an announced tragedy: frame diversity on Mariana's disaster

Cuadros de una tragedia anunciada: los marcos del desastre de Mariana

DOI: 10.1590/1809-5844201734

Rafael Cardoso Sampaio

Giulia Sbaraini Fontes

Paulo Ferracioli

(Universidade Federal do Paraná, Departamento de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Curitiba – PR, Brasil)

Resumo

Este artigo busca analisar a diversidade de enquadramentos disponíveis nos *media* sobre a tragédia de Mariana. Baseados na noção de enquadramento de Entman (1993) e de diversidade de enquadramentos de Porto (2007), propomos uma análise de conteúdo das matérias apresentadas em uma mescla de veículos, de forma a englobar um meio local (Estado de Minas), três portais dedicados exclusivamente ao jornalismo *online* (G1, R7, Uol) e três outros veículos de abrangência nacional (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo) em uma amostra de conveniência que busca avaliar a repercussão imediata e, também, subsequente. Nossa análise revela uma cobertura que privilegiou as fontes oficiais, dando pouco espaço à perspectiva das pessoas afetadas pelo desastre ou ainda de “interesse público”.

Palavras-chave: Desastre de Mariana. Enquadramento. Diversidade de Enquadramentos. Agendamento. Teorias da Comunicação.

Abstract

This article analyzes the diversity of the available media frames about the tragedy in Mariana. Based on Entman's (1993) framing and Porto's (2007) frame diversity concepts, we propose a content analysis of the materials presented in several media outlets, namely a local media (Estado de Minas), three online portals dedicated to journalism (G1, R7, Uol) and three outlets of national reach (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo). We opted by a convenience sample that seeks to evaluate immediate and subsequent repercussion. Our analysis reveals a coverage that privileges official sources, leaving little room for affected people's perspective or even for “public interest” frames.

Keywords: Mariana's environment disaster. Framing. Frame Diversity. Agenda-Setting. Communication Theories.

Resumen

El artículo busca analizar la diversidad de marcos disponibles en los *media* a respecto de la tragedia de Mariana. Basados en el concepto de *framing* de Entman (1993) y de la diversidad de marcos de Porto (2007), proponemos un análisis de contenido de los informes presentados en una mezcla de vehículos, incluyendo un medio local (Estado de Minas), tres sitios dedicados exclusivamente al periodismo *online* (G1, R7, Uol) y otros tres de extensión nacional (Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo) en una muestra de conveniencia que intenta evaluar la repercusión inmediata y, también, la posterior. Nuestro análisis revela un enfoque que privilegia fuentes oficiales, ofreciendo poco espacio a la perspectiva de las personas afectadas por el desastre o de “interés público”.

Palabras clave: Desastre de Mariana. *Framing*. Diversidad de marcos. *Agenda-setting*. Teorías de la Comunicación.

Introdução

Em 05 de novembro de 2015, a barragem de Fundão na cidade de Mariana (Minas Gerais), feita para reter rejeitos de mineração da Samarco (empresa diretamente ligada a Vale e BHP Billiton), rompeu-se, derramando 32 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minérios de ferro no subdistrito de Bento Rodrigues e região, percorrendo 640 quilômetros ao longo do Rio Doce e desembocando em Linhares, no litoral do Espírito Santo. Além da devastação quase completa de Bento Rodrigues e de sete comunidades e distritos próximos, o caminho da lama tóxica provocou grande impacto humano e ambiental, nomeadamente a morte de 17 pessoas (e dois desaparecidos), a poluição de grandes trechos do Rio Doce (causando a morte direta ou indireta de onze toneladas de peixes), destruindo 1,5 mil hectares de vegetação, desabrigando 329 famílias (1.265 pessoas) e afetando diretamente a profissão de 1.249 pescadores¹.

Não há exagero ou excessiva adjetivação em se admitir que se tratou do maior desastre ambiental da história do Brasil. Como tal, este acontecimento gerou, naturalmente, uma intensa cobertura dos grandes veículos jornalísticos do Brasil. Entretanto, para além da excepcionalidade do objeto em si, chamou-nos a atenção durante o ocorrido as diversas críticas direcionadas a tais veículos. Inicialmente, pela cobertura não deixar explícito o fato da Samarco ser controlada por Vale e BHP Billiton, o que seria, supostamente, explicado por relações econômicas (i.e. dinheiro de publicidade dessas empresas)². Posteriormente, pela cobertura não ter sido, com a celeridade esperada, suficientemente profunda a respeito do ocorrido, de suas causas e consequências³. E, finalmente, pela infeliz coincidência de

1 Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/minas-gerais/2015/desastre-ambiental-em-mariana/1-mes-em-numeros/>>. Acesso em 18 dez. 2016.

2 Por exemplo: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/11/da-lama-a-ordem-mariana-e-o-jornalismo-que-nao-da-nome-aos-bois.html>>. Acesso em 18 dez. 2016.

3 Exemplo: <<http://www.tijolaco.com.br/blog/desastre-em-mg-so-o-estado-apura-e-porque-o-terremoto-e-causa-improvavel/>>. Acesso em 18 dez. 2016.

um atentado do Estado Islâmico em Paris na mesma época⁴, que teve grande saliência no jornalismo brasileiro, o que gerou várias críticas, especialmente em redes sociais *online*, aos grandes veículos jornalísticos e ao próprio público brasileiro (i.e. estaria, excessivamente, preocupado com a tragédia em Paris, enquanto havia uma tragédia em solo nacional)⁵. Estas críticas nos ajudam a demonstrar que não apenas a tragédia em si esteve nos holofotes da opinião pública, mas também a própria atuação do jornalismo brasileiro.

Como sabemos, em sua atividade cotidiana, o jornalismo tende a privilegiar perspectivas, fontes e enquadramentos de fontes oficiais e/ou poderosas, pendendo a, conseqüentemente, desfavorecer perspectivas de atores com pouco poder, como é o caso de atores coletivos e individuais da sociedade civil (NASCIMENTO, 2010; PORTO, 2007). Pelo fato de ser a maior tragédia ambiental da história brasileira, partimos de um pressuposto que a cobertura dará mais espaço a vozes e enquadramentos da perspectiva cidadã, tendendo a quebrar a prática cotidiana de se enfatizar a visão de fontes oficiais e/ou atores mais poderosos. Conforme Schudson (2008), é justamente em momentos de grandes acontecimentos e de grandes tragédias nacionais que os jornalistas podem ser mais criativos, podendo ignorar as rotinas padrões de produção.

Baseado na noção de diversidade de enquadramentos noticiosos de Porto (2007) e na análise de enquadramentos de Entman (1993), este estudo visa realizar uma avaliação inicial dos principais enquadramentos disponíveis em uma mescla de veículos, de forma a englobar um meio local (Estado de Minas), três portais dedicados exclusivamente ao jornalismo *online* (G1, R7, Uol) e três outros veículos de abrangência nacional (Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo).

Conceito e diversidade de enquadramentos

Apesar de o enquadramento, frequentemente, ser apresentado como um conceito excessivamente fragmentado, acreditamos que um conjunto de estudos e reflexões já tenham enfrentado o desafio de refinar seus contornos teóricos, apresentando as perspectivas presentes em tal área (MENDONÇA; SIMÕES, 2012; POZOBON; SCHAEFER, 2015; REESE, 2001; VIMIEIRO; DANTAS, 2009).

A divisão proposta por Mendonça e Simões (2012) parece-nos adequada para resumir a maioria das variações existentes. Segundo os autores, poderíamos dividir os estudos de enquadramento em três vertentes. A primeira, baseada no conceito de Goffman, seria composta por estudos microssociológicos centrados na análise da situação interativa (i.e. como mensagens metacomunicativas participam da definição das mensagens em situações

4 O ataque deixou 127 mortos e mais de 180 feridos.

5 Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151117_atques_paris_redes_mariana_lab>. Acesso em 18 dez. 2016.

interativas). A segunda, mais baseada na perspectiva de enquadramento de Entman, “inclui pesquisas que adotam o enquadramento para realizar análises de conteúdo discursivo, explorando as molduras e as saliências produzidas por enunciados” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p.191). Finalmente, a terceira seria composta por análises de *framing effects*, ou seja, uma medição de fato dos efeitos que os enquadramentos são capazes de gerar sobre o público (vertente praticamente nula no Brasil, sendo mais visitada nos estudos de *media effects* nos Estados Unidos)⁶.

Este artigo se dedica à segunda linha de pesquisa, aquela que acreditamos que seja a mais visitada nos estudos de enquadramento no Brasil e a mais próxima às pesquisas de Comunicação Política, conforme definem os autores:

A ideia é analisar enunciados e discursos de natureza variada, captando o modo como a realidade é enquadrada por eles. No cerne desse tipo de operacionalização reside uma preocupação em compreender o modo como discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de perspectivas específicas. Busca-se pensar a maneira como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa. (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p.193).

Nesta visão, Entman (1993) afirma que não é possível falar em enquadramento descartando as noções de saliência e seleção. Ele define o ato de enquadrar da seguinte forma:

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto, promovendo uma definição de problema em específico, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito. (ENTMAN, 1993, p.52 – Tradução nossa).

Portanto, o autor aponta quatro características presentes em um enquadramento: um *frame* diagnostica um problema, apontando o que um agente está fazendo; aponta causas para este problema, identificando as forças por trás daquela situação; faz julgamentos morais, avaliando os agentes e os efeitos de suas atitudes; e, por fim, sugere soluções, prevendo os possíveis efeitos dos problemas. Apesar de identificar estas quatro funções de um quadro, Entman (1993) diz que um texto nem sempre apresenta todas elas.

A saliência, ponto chave que Entman (1993) coloca para se entender como funciona o enquadramento, significa tornar uma informação mais relevante e noticiável para a audiência. Isso pode ser feito através da posição daquela informação em um texto, da associação com

⁶ Uma alternativa mais simples separa simplesmente a análise de enquadramentos nos meios noticiosos da análise de enquadramentos da audiência (ver VIMIEIRO; DANTAS, 2009).

aspectos culturais ou mesmo da repetição do dado na mensagem. Entretanto, aplicar um *frame* não significa somente dar mais saliência a determinados aspectos. Enquadrar também pode implicar na omissão de alguns pontos. Com isso, a reação dos receptores muda se eles buscam mais de uma fonte de informação, o que fornece enquadramentos distintos sobre o mesmo tema ou acontecimento (ENTMAN, 1993). Segundo o autor, muitas vezes há uma homogeneização no tratamento das notícias, porque abordá-las de uma forma diferente que os demais veículos poderia significar perda de credibilidade ou indisposição com as elites.

Consequentemente, enquadramentos midiáticos ou noticiosos, por sua vez, seriam padrões persistentes de apresentação, seleção, ênfase e exclusão, que permitem aos jornalistas e profissionais dos *media* processar altos níveis de informação de maneira rápida e rotineira para suas audiências (GITLIN, 1980 apud VIMIEIRO; DANTAS, 2009). Portanto, questões sobre organização, estrutura e persistência dos enquadramentos se tornam importantes para sua compreensão (PORTO, 2007; REESE, 2001).

Nessa perspectiva, é válido acionar a noção de diversidade de enquadramentos noticiosos de Porto (2007). Segundo o autor, não é preciso assumir uma visão de uma cidadania dotada de pouco conhecimento, que precisa de altos graus de informação política e uma diversidade máxima de enquadramentos para se manter atualizada. Por outro lado, Porto (2007) defende que há, sim, necessidade de uma diversidade mínima de enquadramentos disponíveis que permitam ao cidadão compreender os diferentes ângulos, perspectivas e questões envolvidas em uma notícia ou acontecimento. Neste sentido, o autor destaca que não poderemos ignorar as relações de poder que afetam diretamente a escolha ou não de certos enquadramentos, ou seja, como determinados grupos poderosos (elite política e econômica) apresentam uma maior facilidade para receber a cobertura dos *media* e também enquadramentos favoráveis.

Como uma forma de classificação da diversidade de enquadramentos disponíveis em determinada cobertura midiática, o autor sugere uma tipologia, nomeadamente: 1) *Restrito*, quando apenas um enquadramento interpretativo do evento ou tema é apresentado; 2) *Plural-fechado*, quando mais de um enquadramento está disponível, mas os enquadramentos são arranjados em hierarquia de modo que certo *frame* é mais acionado sobre os outros e apresentado como sendo mais verdadeiro ou confiável; 3) *Plural-aberto*, quando mais de um enquadramento é apresentado, mas todos são tratados dentro de uma relação indeterminada sobre qual interpretação é a preferida; e 4) *Episódico*, quando enquadramentos interpretativos são apresentados e as notícias assumem um tom descritivo.

Portanto, inicialmente, nosso trabalho fará a análise de enquadramentos individuais com base nos pontos elencados por Entman (1993) e, em seguida, faremos uma análise geral da diversidade de enquadramentos noticiosos disponíveis na cobertura da tragédia de Mariana com base em Porto (2007).

Métodos

Para aplicar as noções de enquadramento anteriormente vistas, essa pesquisa se concentrou nas matérias dos portais de notícias brasileiros. Alguns portais, como o Terra, seriam objeto do corpo empírico, mas foram deixados de lado por só utilizarem notícias provenientes de agências, o que destoaria do foco do artigo. A intenção, aqui, é verificar como cada portal enquadrou o tema e, utilizando matérias de agência, o *framing* seria padronizado para todos os veículos.

Com isso, foram coletados textos de sete *sites* de notícias brasileiros: G1, R7, Uol, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Estado de Minas. A intenção foi analisar textos de uma mescla de veículos, de forma a englobar um meio local (Estado de Minas), três portais dedicados exclusivamente ao jornalismo *online* (G1, R7, Uol) e três outros veículos que conquistaram prestígio pelas suas edições impressas, mas investem também em matérias *online* (Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo). Optamos por uma amostra de conveniência, que fosse curta o suficiente para a análise de conteúdo pretendida no tempo disponível, porém que fosse centrada em dias “chave” da cobertura, nomeadamente: do dia do acidente (05 de novembro de 2015), do dia posterior (06 de novembro de 2015), de uma semana depois (12 de novembro de 2015), de um mês depois (05 de dezembro de 2015), de dois meses depois (05 de janeiro de 2016)⁷ e de um ano depois (05 de novembro de 2016)⁸. O objetivo foi conseguir um panorama da cobertura midiática *online* sobre o tema, até mesmo para perceber as alterações e persistências das matérias.

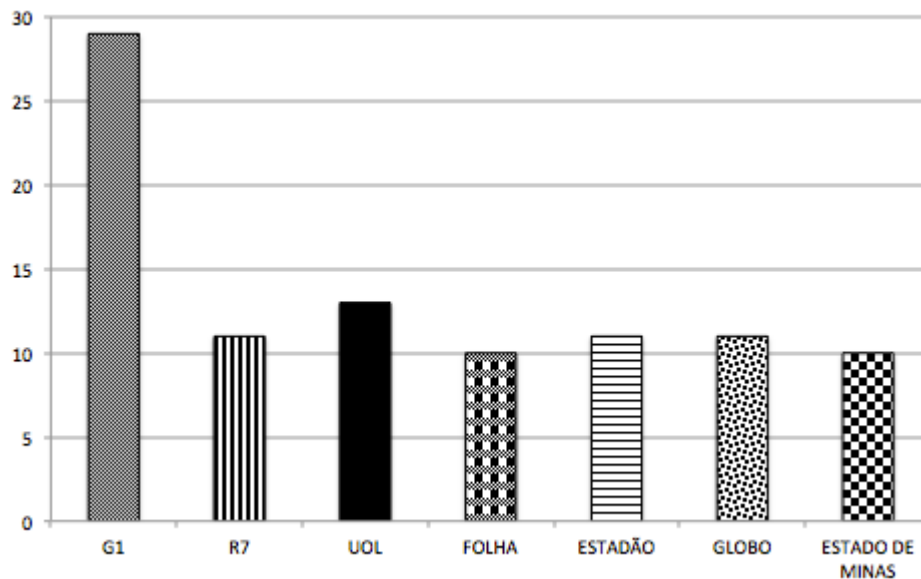
Como é característica da *Internet*, os *sites* publicaram várias matérias sobre o tema diariamente. Por isso, foi selecionada somente a matéria de maior tamanho daquela data, partindo do pressuposto de que ela traria maior detalhamento do ocorrido em Mariana. Importante ressaltar que a unidade de análise correspondeu a cada trecho da matéria limitado por intertítulo. Assim, se uma matéria possuía dois intertítulos, por exemplo, ela foi separada em três unidades de análise (considerando a primeira parte como uma introdução e os outros dois segmentos).

Um aspecto pertinente na comparação entre os veículos é o número de unidades de análise de cada um deles nas matérias coletadas. Entende-se que a segmentação do texto em intertítulos indica um tratamento mais detalhado ao assunto daquela unidade. Como mostra o Gráfico 1, tal segmentação foi muito semelhante entre os veículos, excetuando-se o portal G1, que apresentou alta divisão. O dado indica que o portal procurou abarcar mais temas relacionados ao desastre em um mesmo texto, enquanto os demais fizeram matérias mais focadas em questões específicas.

⁷ Os veículos O Globo e O Estado de S. Paulo não apresentaram nenhuma matéria sobre o assunto neste dia e, assim, ficaram com um texto a menos no corpus.

⁸ O portal R7 publicou matérias referentes à tragédia de Mariana um ano depois do fato, mas os textos eram de agências de notícias. Assim, os autores optaram por coletar a primeira matéria depois desta data que tratava do assunto e que era de autoria do próprio portal (18/11/2016).

Gráfico 1 – Quantidade de unidades de análise por veículo



Fonte: Pesquisa dos autores (2016).

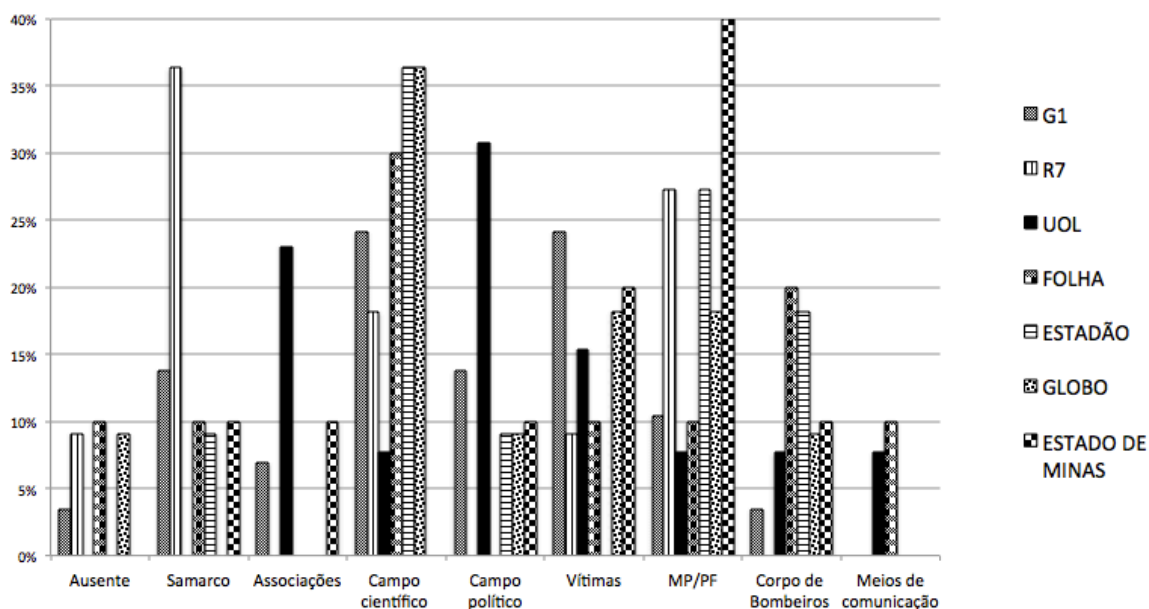
A matéria mais segmentada do portal G1 foi a de um ano da tragédia, que trouxe dez unidades de análise. Nesse texto, além de contextualizar o acontecimento, o portal tratou de questões ambientais, de cidadania e de histórias de vida dos que sofreram com o rompimento da barragem. Nos demais portais o máximo de unidades de análise por texto chegou a quatro segmentos. Além disso, do ponto de vista do tamanho de cada unidade, os portais também tiveram um comportamento semelhante. Depois de contabilizado este aspecto quantitativo das notícias, passou-se à análise de conteúdo por meio das variáveis de Entman (1993)⁹. Posteriormente, foram realizados cruzamentos para que pudessemos verificar a diversidade de enquadramentos presentes, conforme sugerido por Porto (2007).

Resultados

Para a primeira variável, definição do problema, optamos pela segmentação proposta por Vimieiro e Maia (2011). Assim, em um primeiro momento verificamos quais foram as fontes mais ouvidas pelas matérias, classificadas como: [1] Samarco; [2] Associações/sindicatos; [3] Campo científico; [4] Campo político; [5] Vítimas/parentes; [6] MP/PF; [7] Corpo de Bombeiros e [8] Meios de comunicação. O Gráfico 2 indica a porcentagem¹⁰ de aparecimento de cada ator nos respectivos veículos. Quando o texto era essencialmente descritivo foi marcada a opção “ausente”.

⁹ O livro de códigos detalhado pode ser acessado em <goo.gl/xM9TRo>.

¹⁰ Valores com duas casas depois da vírgula foram arredondados.

Gráfico 2 – Atores Envolvidos

Fonte: Pesquisa dos autores (2016).

Como é possível observar no gráfico, não há um padrão entre os veículos, porém alguns pontos se assemelham entre eles com relação aos atores predominantes nos textos. As participações de especialistas do campo científico e técnico, por exemplo, aparecem de forma relativamente equilibrada entre os portais dos jornais impressos. Entre os demais, apenas o G1 dá mais destaque a este tipo de fonte, enquanto o Estado de Minas, por exemplo, não tem nenhum dos textos com predominância destes atores. Outro dado que chama a atenção é o alto uso, pelo portal R7, de fontes ligadas à mineradora Samarco – a maioria das unidades de análise, 36,4%, trazia predominância deste ator.

Por outro lado, a participação do Ministério Público e da Política Federal ganhou destaque no portal Estado de Minas e apareceu de forma mais tímida nos demais. Por fim, cabe destacar que somente o G1 deu espaço mais significativo às vítimas e parentes da tragédia. Nos demais veículos não houve participação expressiva destes atores.

Para completar o exame da definição do problema é preciso acrescentar a identificação dos subtópicos dentro das unidades de análise. Os códigos desenvolvidos para esta etapa foram: [1] Economia; [2] Meio ambiente; [3] Cidadania/Direitos; [4] Histórias de vida; [5] Contextualização do acontecimento; [6] Crime ambiental; [7] Investigação em curso e [8] Política.

Em relação aos subtópicos predominantes, pode-se destacar o de número dois, Meio Ambiente, já que parte significativa dos veículos o traz de forma relevante. Os *sites* que mais tratam desse problema são Estado de Minas, O Globo e G1. No caso do primeiro

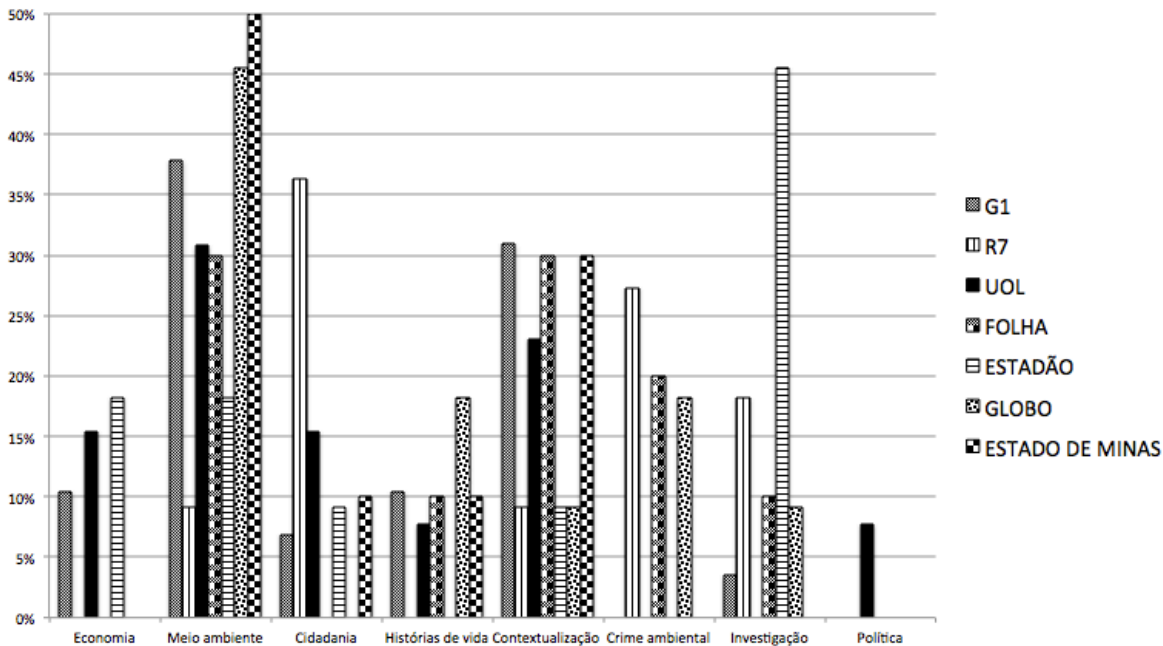
jornal, por exemplo, a matéria de 12 de novembro de 2015 (*Empresa garante estabilidade de barragem de Germano, mas MP exige relatório de risco*) tratava da possibilidade de rompimento de outra barragem nas proximidades de Mariana, e das consequências disso para a região e para as buscas de sobreviventes.

O portal que mais deu destaque à questão da cidadania e dos direitos dos afetados pelo rompimento – o código [3] – foi o R7. É uma abordagem do episódio que reforça as ligações do ocorrido com os direitos que foram violados. Isso aconteceu na publicação do dia 05 de janeiro de 2016, que abordava um protesto de moradores para que fosse instalado um mecanismo de aviso em caso de um novo rompimento.

No entanto, este subtópico não foi significativo para os outros veículos – o que nos dá uma pista de que o enfoque da cobertura não se deu sobre as consequências do rompimento para a população, e sim sobre outros aspectos da tragédia. Uol e Folha de S. Paulo, por sua vez, também deram destaque à questão ambiental e à contextualização do que houve em Mariana. Por fim, cabe destacar o enfoque de O Estado de S. Paulo ao subtópico investigação em curso, em contraste com os demais. A abordagem de histórias de vida, tratando das vítimas e parentes do acidente, não aparece neste veículo.

Os resultados para a classificação em subtópicos estão sintetizados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Subtópicos



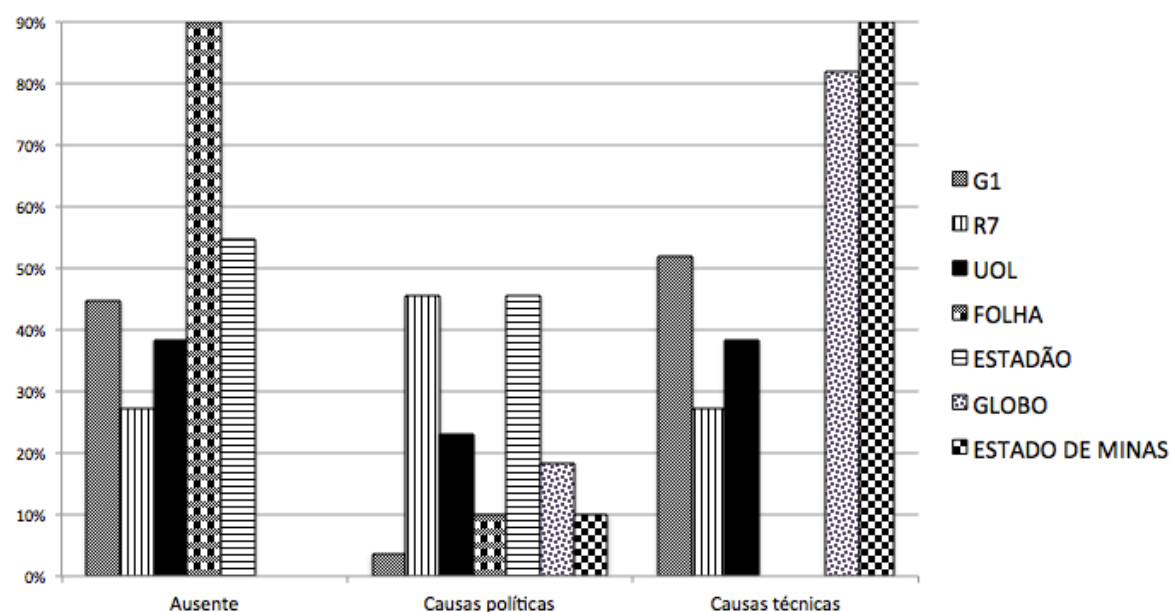
Fonte: Pesquisa dos autores (2016).

Dando prosseguimento à análise proposta por Entman (1993), passamos para a identificação das causas para os problemas elencados. Nesta variável foram formuladas duas possibilidades: [1] causas políticas e [2] causas técnicas. Como demonstra o Gráfico 4, a ausência de causas para o problema foi recorrente nos textos analisados, com destaque para Folha de S. Paulo, que não apontou causas para o problema em 90% das unidades de análise.

O Estado de S. Paulo tampouco apresentou causas em um número significativo de unidades de análise, 54,6%. Nas demais, entretanto, deu destaque para causas políticas, sem apontar causas técnicas. Isso ocorreu, por exemplo, na matéria do dia 05 de novembro de 2016, na qual a principal causa apontada era uma disputa entre órgãos do Poder Judiciário para decidir quem seria competente para julgar as ações relativas ao desastre. O R7 também deu destaque a causas políticas, com equilíbrio entre ausência e apontamento de causas técnicas. Na matéria do dia 06 de novembro de 2015, por exemplo, é ressaltado o posicionamento do promotor de crimes ambientais sobre as falhas no processo de licenciamento ambiental: “Ferreira também criticou a concessão de licenças por parte do Estado. Segundo o promotor, o governo não fiscaliza as empresas após conceder a permissão para operar”.

Já Estado de Minas, O Globo e G1 deram destaque às causas técnicas. Na única unidade de análise em que destaca causas políticas, o portal Estado de Minas constrói a narrativa de que a mineradora Samarco estaria se utilizando de manobras jurídicas para se eximir da responsabilidade pelo desastre. Por fim, o portal Uol apresentou equilíbrio entre os dois códigos.

Gráfico 4 – Causas



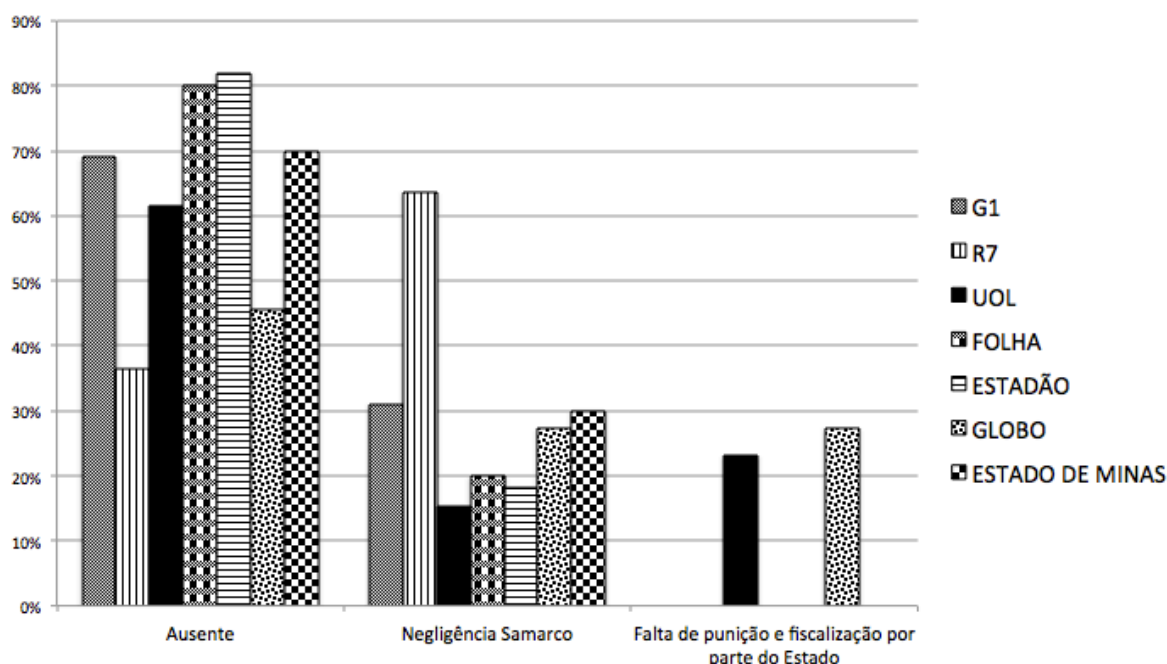
Fonte: Pesquisa dos autores (2016).

Em seguida, com relação aos julgamentos morais presentes no *corpus* foram identificadas duas possibilidades: [1] Negligência da Samarco e [2] Falta de punição e fiscalização por parte do Estado. Parte significativa dos textos não apresentaram julgamentos morais. A brevidade das matérias publicadas *online* pode explicar este comportamento já que, pela necessidade de atualização da cobertura em tempo real, a *Internet* pode dificultar análises mais aprofundadas dos acontecimentos.

Quando apareceram, os julgamentos morais se concentraram no código [1], negligência da Samarco, como mostra o Gráfico 5. Em uma matéria do Estado de Minas de 05 de novembro de 2016 (*MP quer banir barragens semelhantes à que rompeu em Mariana*) aparece a seguinte frase do promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto, representante do Ministério Público: “‘A única coisa que a Samarco faz bem é se defender nos processos, levando aos tribunais recursos protelatórios de maneira a dificultar a indenização e a compensação. Não podemos deixar nas mãos dos próprios infratores a definição de como será feita a recuperação e de como os atingidos serão indenizados’”. Considera-se, aqui, que a própria escolha das declarações das fontes é uma maneira pela qual o jornalista faz julgamentos a respeito de um fato. Na matéria de 06 de novembro de 2015 do portal R7 aparece outro exemplo, na voz do promotor responsável pelo caso: “‘Uma barragem de rejeito, um empreendimento dessa magnitude, ele [sic] não rompe por acaso. Mesmo que ocorra algum fato natural, o empreendedor tem como obrigação legal ter medidas que garantam a segurança da sociedade’”.

O Globo também apresenta este código quando trata da tragédia um ano após o fato (em *Desastre de Mariana ainda está vivo*), destacando a inércia da mineradora diante dos danos causados pelo rompimento da barragem: “As obras e intervenções feitas pela Samarco até agora foram consideradas insuficientes e atrasadas pelo Ibama. A maior parte dos locais afetados continua como foi deixada pela lama, há um ano: 71% dos pontos vistoriados estão sem conservação do solo, 62% sem drenagem e 53% sem contenção”.

O veículo carioca, no entanto, também apresentou o julgamento moral falta de punição e fiscalização por parte do Estado, assim como o Uol. A matéria de 05 de dezembro de 2016 (*Crime de poluição não leva à prisão em ao menos 12 estados*) critica a forma como crimes ambientais são tratados pelas leis brasileiras: “‘A preocupação é que a impunidade em relação à área criminal se transforme no que chamo de pedagogia do mal. No caso, da ideia de que o desrespeito ao meio ambiente não tem problema’ lamenta o procurador da república [Eduardo Santos de Oliveira]”.

Gráfico 5 – Julgamentos morais

Fonte: Pesquisa dos autores (2016).

Por fim, as soluções presentes nas notícias puderam ser agrupadas da maneira a seguir: [1] Melhorar os instrumentos de fiscalização; [2] Fornecer apoio financeiro para as vítimas; [3] Investimento em outras fontes de renda para Mariana (para que a cidade não fique dependente apenas da mineração); e [4] Responsabilizar/cobrar providências da Samarco.

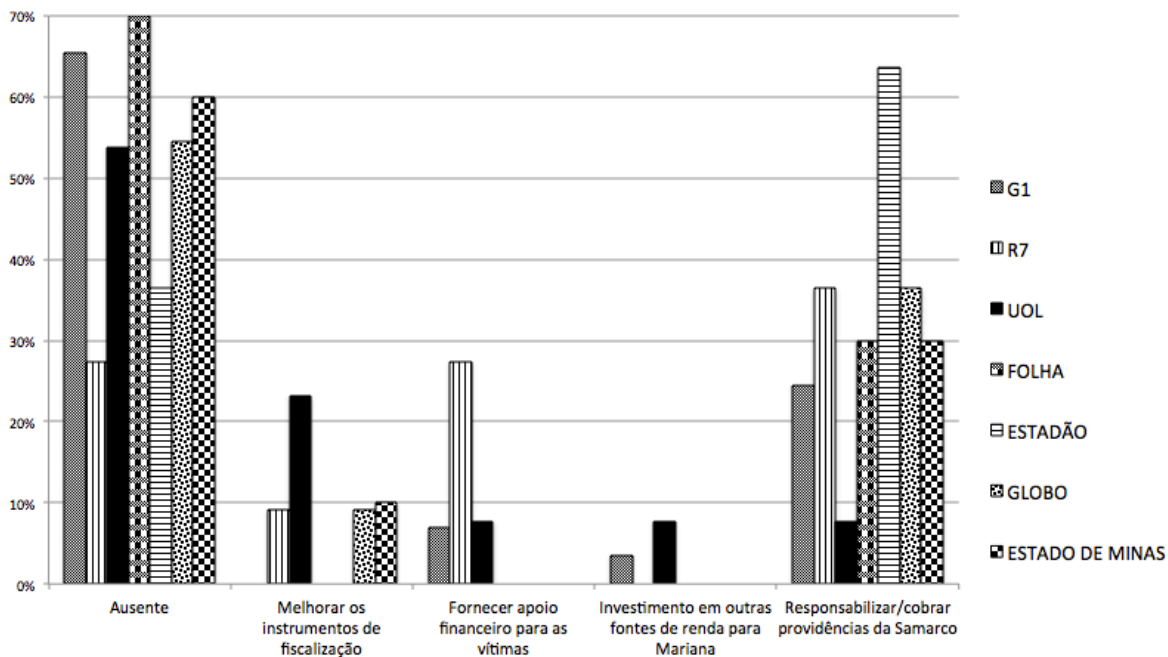
Conforme demonstram os dados expostos no Gráfico 6, a maioria das unidades de análise nesta categoria, como na variável anterior, não apresentaram soluções. À exceção de Uol, que destacou a melhoria dos instrumentos de fiscalização do Estado, nos demais veículos predominou o código [4] Responsabilizar/cobrar providências da Samarco. O resultado aparece em harmonia com a categoria anterior, em que o julgamento mais presente, justamente, culpa a mineradora pelos acontecimentos em Mariana.

O portal R7, por exemplo, traz o seguinte trecho na matéria do dia 05 de janeiro de 2016: “89% dos brasileiros consideram a Samarco, controlada pela Vale e pela BHP, a principal responsável pela tragédia”. O fornecimento de apoio financeiro para as vítimas também aparece como uma das soluções apresentadas por R7, como ilustra o seguinte trecho veiculado em 12 de novembro de 2015: “A Samarco e suas duas controladoras se comprometeram a ajudar a ‘reconstruir’ a área destruída pelos rejeitos. As empresas prometeram criar um fundo de emergência ‘para os trabalhos de reconstrução e para ajudar as famílias e comunidades afetadas’”.

Já G1 e Uol trataram da necessidade de investimento em outras fontes de renda para Mariana, ainda que com baixa frequência. É o caso da matéria de 12 de novembro de 2015 do portal Uol, que apresenta a seguinte visão: “Se a suspensão da mineradora for mantida, Camello [ex-prefeito de Mariana] diz que o município precisará de ajuda financeira dos governos mineiro e federal”.

O G1, nas poucas matérias que atenderam positivamente a esta variável, também privilegiou a cobrança de providências da empresa responsável. Já o Uol, mais frequentemente, optou por recomendar a solução que envolvia a melhora nos instrumentos de fiscalização. A notícia postada em 05 de novembro de 2016 (*MPF aponta risco em metade das barragens brasileiras*) é exemplo disso, ao encerrar com a seguinte questão: “Tiramos lições desse episódio e algumas delas são que precisamos reforçar nossos órgãos fiscalizadores e aperfeiçoar a nossa legislação. São ações extremamente necessárias, o Ministério do Meio Ambiente está se estruturando e fazendo uma ampla ação para fiscalizar as barragens”.

Gráfico 6 – Soluções



Fonte: Pesquisa dos autores (2016).

Análise dos resultados

Diante dos resultados obtidos, buscamos verificar como a cobertura sobre a tragédia em Mariana se comportou ao longo do tempo para cada veículo escolhido. A tabela a seguir permite a visualização de tal comparação, trazendo o subtópico predominante em cada dia coletado.

Tabela 1 – A cobertura ao longo do tempo

	No dia	Dia seguinte	Uma semana depois	Um mês depois	Dois meses depois	Um ano depois
G1	Contextualização do acontecimento	Contextualização do acontecimento	Meio ambiente	Histórias de vida	Economia e meio ambiente	Meio ambiente
R7	Contextualização do acontecimento	Crime ambiental	Cidadania/ direitos	Crime ambiental, investigação em curso	Cidadania/ Direitos	Investigação em curso
Uol	Contextualização do acontecimento	Meio ambiente	Economia	Cidadania/ Direitos	Histórias de vida	Meio ambiente
Folha	Meio ambiente	Contextualização do acontecimento	Crime ambiental	Investigação em curso	Meio ambiente	Crime ambiental
Estadão	Meio ambiente	Investigação em curso	Meio ambiente	Contextualização do acontecimento	–	Economia
O Globo	Contextualização do acontecimento	Histórias de vida	Meio ambiente	Crime ambiental	–	Meio ambiente
Estado de Minas	Contextualização do acontecimento	Contextualização do acontecimento	Meio ambiente	Histórias de vida	Cidadania/ direitos	Meio ambiente

Fonte: Pesquisa dos autores (2016).

Como esperado, logo após o rompimento da barragem o que predomina são textos que detalham o acontecimento. Apenas Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo apresentam, logo de início, matérias com foco nos danos ambientais causados pela lama. No dia seguinte à tragédia, entretanto, começam a aparecer diferenças mais substanciais no comportamento dos veículos. O único a tratar o caso como crime ambiental logo de início é o portal R7, enquanto nos demais veículos este enquadramento demora mais a aparecer (O Globo e Folha de S. Paulo) ou não é registrado (Estado de Minas, O Estado de S. Paulo, Uol e G1).

Chama a atenção, ainda, que os enquadramentos que predominam com um certo distanciamento do fato (a partir de uma semana depois do desastre) se focam principalmente na questão ambiental, colocando em segundo plano os problemas referentes às vítimas da tragédia. Não desconsideramos, aqui, as consequências que os problemas ambientais causam na vida da população, mas os textos não trataram com profundidade destes danos. Apesar de responsabilizar a mineradora e destacar a importância da investigação do caso, as matérias não olharam com cuidado para a questão das famílias que ficaram desabrigadas por conta do rompimento da barragem ou daqueles que perderam sua fonte de sustento com o vazamento de lama.

A tabela demonstra, além disso, que dois portais não veicularam matérias na efeméride de dois meses do evento, o que indica uma perda de interesse pelo tema com o decurso do tempo. Dos outros portais que apresentaram notícias nesse dia, mais uma vez não houve homogeneidade, com assuntos diferentes sendo realçados conforme cada veículo.

Um ano depois dos fatos, os portais não foram unânimes nos enquadramentos utilizados para abordar o desastre. O frame meio ambiente, entretanto, se sobressaiu em quatro publicações. A opção por esse enquadramento indica, nesse ponto, que as implicações ambientais pareciam ter a maior relevância. Houve, ainda, veículos que priorizaram a investigação em curso, o aspecto do crime ambiental e um viés econômico.

Com isso, a cobertura deu pouco espaço para histórias pessoais dos sobreviventes e, o mais importante, para as responsabilidades da Samarco com relação a essas pessoas. O destaque foi para as consequências ambientais do desastre e para a negligência da empresa diante disso, e não para o desamparo das pessoas que perderam suas moradias com o rompimento da barragem.

Excluindo o dia do acidente, em que uma opção preferencial pela contextualização do acontecimento parece ser uma maneira de informar o público que recorre aos *sites* de notícia para se atualizar, a aparição do *frame* contextualização do acontecimento é indício de superficialidade da cobertura, que prefere apenas recapitular os fatos ao invés de trazer uma abordagem com novos dados ou informações que aprofundem o debate público sobre a tragédia.

Além disso, quando tratavam do enquadramento das histórias de vida, os veículos privilegiavam longos relatos dos parentes das vítimas sem, contudo, relacioná-los às responsabilidades da mineradora. É o caso do portal G1, que destinou uma extensa matéria à história de cada uma das vítimas (*Famílias de vítimas do desastre de Mariana falam sobre perda e saudade*, de 05 de dezembro de 2015), mas se ateu aos aspectos pessoais de cada uma delas. A abordagem deste enquadramento, dessa forma, parece mais uma maneira de comover o leitor e aproximá-lo do fato do que uma forma de dar voz aos parentes dos que desapareceram e aos que perderam suas casas em meio à lama.

Muito da abordagem predominante de meio ambiente e crime ambiental foi influenciada pelo Ministério Público local, que promovia entrevistas coletivas para abordar sua atuação no caso de Mariana e parece ter sido um agente que agendou a cobertura jornalística de forma significativa. Nesse ponto, essa cobertura parece seguir um caminho que já vem sendo apontado pela literatura (NASCIMENTO, 2010), que é o de dependência das autoridades investigadoras, em especial dos promotores e procuradores, para a produção das reportagens. Nesse episódio de Mariana, não se destacaram informações exclusivas conseguidas em primeira mão pelos repórteres e que só depois originaram investigações. Pelo contrário, às notícias aqui analisadas sempre coube repercutir os dados trazidos pelas partes, sem que houvesse investigação própria paralela à oficial.

Tendo em vista a perspectiva de uma diversidade de enquadramentos interpretativos disponíveis (PORTO, 2007), é possível destacar como a cobertura a respeito do desastre em Mariana foi insuficiente quando vista da perspectiva da cidadania. Mesmo com os destaques aos danos ambientais, os textos não tratavam, em última instância, dos afetados diretamente pela tragédia – as pessoas que perderam a vida, o patrimônio e também a fonte de renda por conta do rompimento da barragem.

Nessa direção, a cobertura de Mariana pode ser classificada como *Plural-fechada*, conforme a tipologia proposta por Porto (2007). Não há apenas um único enquadramento, mas é perceptível uma certa hierarquia de enquadramentos presentes e que, como apontado, um número razoável de enquadramentos que poderia ser visto como de “interesse público” não estava disponível.

Conclusão

Este artigo avaliou os enquadramentos jornalísticos presentes na cobertura da tragédia de Mariana por sete veículos *online*, nomeadamente: G1, R7, Uol, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Estado de Minas. Com base na perspectiva de enquadramento de Entman (1993), podemos apontar algumas características principais. Inicialmente, a maior parte dos espaços de fala foram dados para fontes oficiais de diferentes naturezas, como especialistas do campo científico e técnico, incluindo fontes ligadas à mineradora Samarco, e mesmo técnicos do Ministério Público e da Política Federal. Em segundo lugar, o subtópico de mais destaque na cobertura pode ser definido como “efeitos ambientais do vazamento da barragem”. Apesar disso, em seguida, a maior parte da cobertura não se ateu a denotar as causas do problema, a realizar julgamentos morais ou apresentar soluções para o problema em questão. Quando presentes, apontavam a responsabilidade/negligência da empresa Samarco do caso (e a necessidade da mesma ser cobrada) e/ou a necessidade da melhoria da fiscalização do Estado em áreas similares.

Conforme exposto anteriormente, Schudson (2008) afirma que, em grandes tragédias nacionais, o jornalismo ganha mais liberdade para realizar abordagens mais criativas e menos amarradas pelas rotinas produtivas, incluindo um maior foco no interesse humano. Entretanto, conforme elencado, constatou-se que, excluindo-se o espaço imediato dado aos familiares de vítimas e pessoas afetadas pelo acidente, a esfera civil teve pouco espaço de fala, não alcançando proeminência em nenhum aspecto verificado. A imprensa tradicional (mesmo em portais *online*) manteve seu padrão de preferir fontes e enquadramentos oficiais em detrimento da perspectiva cidadã (NASCIMENTO, 2010).

Na tipologia de Porto, isso aponta para uma cobertura *Plural-fechada*, pois não há um único enquadramento predominante, mas um número razoável de outras perspectivas de interesse público também não disponíveis. Mesmo com os destaques aos danos ambientais, os textos não tratavam, em última instância, dos afetados diretamente pela tragédia – as pessoas que perderam a vida, o patrimônio e também a fonte de renda por conta do rompimento da barragem.

Os resultados, portanto, denotam a importância dos estudos de *framing*. Dada nossa opção por uma amostra mais qualitativa da cobertura e o foco em veículos *online* (nos quais os textos são naturalmente mais reduzidos), futuros estudos poderiam verificar se enquadramentos da perspectiva cidadã estiveram mais disponíveis em outros formatos mediáticos.

Referências

- ENTMAN, R. Framing: towards clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v.43, n.4, p.51-58. 1993.
- MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.27, n.79, 2012.
- NASCIMENTO, S. **Os novos escribas**: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil. Porto Alegre: Arquipelago Editorial, 2010.
- PORTO, M. Frame diversity and citizen competence: towards a critical approach to news quality. **Critical Studies in Media Communication**, v.24, n.4, p.303-321, 2007.
- POZOBON, R. O.; SCHAEFER, R. Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento. **Revista Interin**, v.19, n.1, p.120-136. 2015.
- REESE, S. D. Prologue - framing public life: A bridging model for media research. In: REESE, S. D.; JR, O. H. G.; GRANT, A. E. (Ed.). **Framing public life**: perspectives on media and our understanding of the social life. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, 2001. p.7-31.
- SCHUDSON, M. **Why democracies need an unlovable press**. Polity, 2008.
- VIMIEIRO, A. C.; DANTAS, M. Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia. **Revista Lumina**, v.3, n.2, p.01-16, dez. 2009.
- VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. Análise indireta de enquadramentos da mídia. **Revista Famecos**, v.18, n.1. 2011.

Rafael Cardoso Sampaio

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD). Colíder do grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política (COMPA-UFPR). E-mail: cardososampaio@gmail.com.

Giulia Sbaraini Fontes

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela mesma instituição. Bolsista Capes. E-mail: giuliasfontes@gmail.com.

Paulo Ferracioli

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Comunicação pela mesma instituição. Bolsista Capes. E-mail: ferracioli.paulo@gmail.com.

Recebido em: 25.01.2017

Aceito em: 26.09.2017